

As sugestões dos economistas

FEITA MERCANTIL E CON. BRASIL

5 SET 1985

por Maria Angela Jabur
de São Paulo

O governo brasileiro deve redefinir, com os credores internacionais, os padrões atuais de ajuste externo do País, o que inclui, em um primeiro momento, a obtenção de novos recursos (através do "new money" ou do financiamento de parte dos juros da dívida) e a adoção de medidas que compensem as oscilações das taxas de juros internacionais. Tais medidas dariam maior liberdade para o governo desenvolver uma política cambial, de abastecimento e de gestão do financiamento do setor público, e redundariam em um recuo dos índices inflacionários.

Este é o ponto central do artigo "Avaliação da Política Antiinflacionária da Nova República", abertura da Carta de Conjuntura de setembro de 1985, lançada ontem pelo Conselho Regional de Economia. "Se não se partir para esta direção, a política econômica brasileira ficará desgovernada", disse Antônio Kandir, autor do artigo e membro do grupo de análise de conjuntura do Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebap), em entrevista coletiva à imprensa.

Embora considere que a nova equipe econômica do governo está no caminho correto para controle dos índices inflacionários, ao trabalhar pela redução das taxas de juros e ao "repensar a atuação do CIP e da Sunab", Kandir lembra que "não se criarem condições políticas para um ajuste externo, as medidas internas terão um efeito limitado". Isto por causa da incompatibilidade existente entre a forma atual do ajuste externo e a estrutu-

ra do passivo e dos fluxos financeiros do setor público e a rigidez da programação monetária.

Kandir lembra, por exemplo, que o total da dívida pública (considerando-se a externa, a interna e a mobiliária) representa 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. A média ponderada de seus juros, considerando-se a taxa real de aproximadamente 14% ao ano, atinge entre 8 e 9% do indicador. Com isto, "o governo é obrigado a manejar seus instrumentos de maneira a ajustar seus fluxos de receitas e despesas para tentar abrir uma brecha em suas contas", diz Kandir.

Por outro lado, tem de "criar condições para financiar, junto ao setor privado, parte dos juros remanescentes, para restringir a expansão da base monetária aos níveis aceitáveis pelos credores internacionais.

A ausência de novos recursos, diz ele, funciona como elemento de pressão às taxas de juros redundando, também, em uma política econômica instável, que ao inibir os investimentos em produção leva o setor privado a trabalhar com maior margem de lucro, gerando maior inflação.

No âmbito interno, Kandir defendeu o ataque à inflação em todos os setores, de acordo com uma programação preestabelecida e criticou a primeira política da Nova República, baseada na redução da liquidez da economia e no controle de preços e tarifas por quatro meses. No final deste período, conforme lembrou, além de maior inflação, maior expectativa inflacionária e instabilidade no setor financeiro, o setor público registrou uma perda de Cr\$ 20 trilhões em suas receitas, equivalente a mais de 2/3 de seu déficit de caixa, acumulado durante o período.